

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXIV • Julho / Agosto 2015 • Nº 89

NOVO EMFAR: NOVO TIRO NA CONDIÇÃO MILITAR!



Págs. 4 e 5



26.º aniversário da ANS

Págs. 8 e 9



Pedido de apreciação
parlamentar

Pág. 4



Destruição do IASFA

Pág. 6

OS VOTOS NÃO SÃO TODOS IGUAIS!

Quando a maioria de nós regressar de um merecido período de férias, iremos ser chamados, através do voto, a decidir quem nos governará durante os próximos quatro anos. Tratar-se-á de um momento importante em que, uma vez mais, a nossa vida, tanto individual como colectiva, vai ser decidida.

Nas últimas quase quatro décadas os eleitores portugueses entregaram o seu destino aos auto-designados partidos do “arco da governação”. Ora a uns ora a outros, a solo ou acompanhados, como se de uma corrida de estafetas se tratasse. Quando cansados e com dificuldades evidentes para continuar a caminhada, em virtude da resistência popular às suas políticas, entregam o testemunho a quem está fresco e entretanto criara a ilusão de ser capaz de fazer diferente e melhor. A corrida lá continua, agora com os novos protagonistas, mas no mesmo sentido e com os mesmos objectivos: cedência da soberania; empobrecimento dos portugueses; venda do País à peça; submissão aos interesses do capital financeiro; enriquecimento de clientelas. Tudo isto tornando Portugal num dos países mais desiguais da Europa, da qual fazemos parte.

É nesta caminhada que encontramos as razões que levaram os sucessivos governos a tomarem medidas, numa primeira fase de descaracterização das Forças Armadas e, ultimamente, de autêntica destruição deste pilar fundamental do Estado e do País.

Tudo começa com a tomada de medidas que

levaram à governamentalização das Forças Armadas, medidas e procedimentos que reconheceram actualidade com a aprovação da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas em 1982. Segue-se o fim do serviço militar obrigatório, medida assente num verdadeiro embuste, que perdura ainda nos dias que correm – a cedência ao “lobby” das juventudes partidárias – quando do que efectivamente se tratou foi da implementação de decisões da União Europeia, já que o fim do sistema de conscrição varreu todos os países da união, à excepção da Alemanha e da Áustria, vá lá saber-se porquê... ou talvez não! Em seguida vem o desinvestimento nos meios materiais, o encerramento de unidades, a redução dos meios humanos – de um universo de 120 mil homens em 1974 para cerca de 30 mil em 2015. Em simultâneo atacam-se e destroem-se os direitos dos homens e mulheres que servem nas Forças Armadas, destroem-se os sistemas de saúde militar e a acção social complementar. Tudo sempre feito em nome da racionalização e melhoria dos serviços e da operacionalidade. Os resultados estão à vista e no processo legislativo que lhes deu origem, os partidos do “arco da governação” estiveram sempre alinhados, estiveram sempre de acordo, votaram sempre juntos, mesmo quando aparentavam discordar.

Esta forma de fazer política e de governar, alimenta um sentimento perverso – o de que são todos iguais – só que o sistema político, felizmente, não se resume aos partidos que têm vindo a deter responsabilidades governativas. Existem outros onde

cada um de nós pode encontrar uma alternativa.

E se os partidos não são todos iguais também os votos o não são! As únicas igualdades existentes nos votos são a sua legitimidade democrática e aritmeticamente contarem o mesmo. No resto são profundamente diferentes e o resto, não parecendo, será talvez o mais importante pois conta, e muito, na definição das políticas a implementar.

Assim, quando se contam os votos expressos nas urnas, uns resultam da ilusão criada pelas mentiras ditas para os obter, para logo que somados e darem o poder, esquecer tudo o que foi prometido e rapidamente se transformarem em factor de legitimidade para se fazer o contrário.

Outros votos carregam em si o peso da chantagem – se não ganharmos por maioria será o caos, o País ficará ingovernável, a instabilidade tomará conta do País – de que os mais temerosos ficam reféns, sensíveis à chantagem, com medo de perder o pouco que têm, acabando por tudo perder incluindo a vontade própria e a dignidade.

Mas há os votos que levam no seu seio a resistência, a luta denodada por justiça social, a vontade inquebrantável de transformar a sociedade, onde todos e cada um de nós tenha direito a ser feliz. Trazem no seu seio o desejo de modificar o presente e a confiança no futuro, um futuro ditado pela vontade dos povos e nunca pelos directórios invisíveis e não descritos do mundo financeiro.

Nestas eleições gritemos bem alto – temos direito a ser felizes, por isso queremos um País mais justo! ▲

70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial

Assinalam-se este ano os 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial. A 2ª Guerra é inseparável da Grande Guerra de 1914-18, de que foi, em certos aspectos, continuadora; da ascensão nos anos 20 e 30 do nazi-fascismo e da crise que, tal como agora, em 1929 assolou o mundo.

Na 2ª Guerra morreram mais de 60 milhões de pessoas, das quais entre 20 a 30 milhões foram cidadãos da ex-União Soviética.

O mundo mudou muito desde 1939, mas não podemos ignorar a existência nos dias de hoje de pontos de contacto, como seja o recrudescimento de forças fascistas ou pró-fascistas em vários países.

A história não se repete, mas ensina.

Quando por todo o Mundo se assinala esta efeméride, tenhamos em conta os ensinamentos da história. ▲



ANS define rumo!

A ANS promoveu uma Reunião de Sargentos, no passado dia 11 de Abril, no Auditório do Centro Cultural Casapiano, em Lisboa. Nesta Reunião foram discutidas as preocupações da classe, nomeadamente: EMFAR, Saúde Militar e Acção Social Complementar. Foi ainda tema de debate a reorganização da estrutura orgânica da ANS.

O presidente da Direcção, José Gonçalves, informou os presentes do secretismo dos trabalhos que estavam em curso sobre as alterações ao EMFAR. Secretismo que, naturalmente, não augurava nada de bom sobre o que o que daí se poderia esperar, acusando o MDN de mais uma vez não cumprir com o determinado nas Leis Orgânicas nº 3 e nº 4 de 2001.

Seguiu-se depois um debate preocupado mas sereno e construtivo, resultando uma rejeição unânime quer da forma como o governo vinha tratando esta matéria, quer relativamente ao teor do que se dizia serem as alterações.

Em conclusão deste debate foi recomendado à Direcção da ANS envidar todos os esforços junto dos grupos parlamentares para que, logo que promulgado, o EMFAR fosse chamado à Assembleia da República para apreciação parlamentar por forma a procurar corrigir os aspectos mais gravosos que o novo diploma viesse a conter.

Os Sargentos presentes analisaram e debateram também as dificuldades que a ANS vem sentindo nos últimos tempos, nos planos da divulgação e da mobilização. Deste debate ficou claro que essas dificuldades passavam sobretudo pelo enfraquecimento das estruturas no terreno,



que vinha provocando um débil funcionamento das CPR's (Comissões Permanentes do Ramo), estrutura fundamental para o bom funcionamento da ANS.

Em conclusão o presidente da Direcção comprometeu-se, juntamente com os demais órgãos sociais, a tomar medidas e acções junto dos associados, no terreno, para debelar esta fragilidade, informando que tal se devia, em grande parte mas não exclusivamente, à passagem à situação de Reserva de grande parte dos camaradas que davam o seu contributo como Delegados nas

unidades, estabelecimentos e órgãos.

José Gonçalves concluiu que refazer a rede de Delegados, pondo as CPR's a funcionar, é uma prioridade que todos devemos assumir, pois sem tal estrutura efectivamente funcional no terreno, a ANS é como um corpo só com cabeça a que lhe falta o tronco e os membros.

No final da Reunião foi aprovada por unanimidade e aclamação uma Moção mandatando a Direcção para promover todas as iniciativas, dentro do quadro legal, no sentido de defender os direitos dos Sargentos e a Condição Militar. ▲

No Museu, à procura da Lei!

Um grupo de Sargentos dos três ramos das Forças Armadas, nas situações de Activo, Reserva e Reforma deslocaram-se no passado dia 13 de Maio em visita ao Museu da Presidência da República, em Belém, junto ao palácio presidencial, na procura da Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, a Lei nº 11/89 de 1 de Junho.

Em conversa com o jornal "O Sargento" alguns destes Sargentos referiam que decidiram ir ao museu procurar por esta lei pois depreendiam que ela já pudesse ser "peça de museu" uma vez que as au-

toridades responsáveis – políticas e militares – sempre que questionadas sobre a existência desta lei referiam que tal diploma já era passado!

Tanto quanto o jornal "O Sargento" conseguiu apurar, sempre que os dirigentes associativos, em reuniões ou audiências com responsáveis do ministério da Defesa ou com chefes militares, argumentavam com a existência em vigor da Lei 11/89, contra as medidas que conduzem à descaracterização ou ao desmantelamento da Condição Militar, os seus interlocutores apenas se defendiam remetendo tal

diploma como algo do passado, desvalorizando a sua importância e objectivos.

Ora, tratando-se de "uma coisa do passado" e dizendo respeito à Condição Militar, então só poderia ser peça exposta no museu do comandante supremo das Forças Armadas.

Esta iniciativa, assumidamente revestida de forte carga irónica, foi bem compreendida pelos responsáveis da recepção e da segurança do museu a quem alguns dos Sargentos ali presentes explicaram a razão de ser de tão extravagante quanto inesperada visita. Sabendo que o horário de entrada de visitantes termina às 17H30 e que o museu encerra às 18H00, os militares que maioritariamente chegaram depois das 17H30, decidiram manter-se nas imediações em amena troca de impressões entre si e com os agentes das forças de segurança que ali prestam serviço, partilhando preocupações e indignações comuns entre militares e agentes das forças e serviços de segurança, em clima de grande camaradagem e compreensão mútua das suas missões.

Foi com surpresa que estes militares viram e ouviram ser noticiado em alguns órgãos de comunicação social que "tinham sido barrados" pelas forças de segurança! A bem da verdade de informar não se compreende uma tão absurda distorção da verdade relativamente ao que junto ao museu se passou!

Entretanto, o jornal "O Sargento" teve conhecimento que, de uma forma solidária com os seus camaradas em Lisboa, também alguns Sargentos da guarnição da Madeira se encontraram, à mesma hora, reunidos nas imediações do Quartel-General no Funchal. ▲



EMFAR – Dúvidas quanto à Reserva e Reforma

Com a entrada em vigor do novo EMFAR, uma das dúvidas mais persistentes no seio dos militares está relacionada com a transição para as situações de Reserva e de Reforma. Sobre esta matéria recordamos a análise feita pela ANS sob a forma de Memorando publicado no passado dia 10 de Junho:

- Os militares que completaram 20 anos de serviço militar até 31 de Dezembro de 2005 podem requerer a passagem à situação de Reserva até 31 de Dezembro de 2016. Se lhes for deferido, passam à situação de Reforma após cinco anos, seguidos ou interpolados, de permanência na situação de Reserva fora da efectividade;

- Os militares que completem 20 anos de serviço militar entre 1 de Janeiro de 2006 e a data de entrada em vigor do presente diploma podem requerer a passagem à situação de Reserva até 31 de Dezembro de 2016. Se lhes for deferido, passam à situação de licença ilimitada (sem vencimento) após cinco anos, seguidos ou interpolados, de permanência na situação de Reserva fora da efectividade. A passagem à Reforma efectuar-se-á aos 60 anos (**nº 1 do art. 9º**);

- As disposições transitórias previstas nos números 2, 3, 4 e 6 do artigo 3º do Decreto-lei Nº 166/2005, de 23 de Setembro são revogadas a partir de 1 de Janeiro de 2017, na parte que respeita ao regime de passagem à situação de Reserva (**nº 2 do art. 9º**);

- Aos militares que passem à situação de Reserva até 31 de Dezembro de 2016, ao abrigo das disposições transitórias referidas no parágrafo anterior, aplicam-se os regimes de Reserva, de passagem à situação de Reforma e de Reforma, salvaguardados por essas disposições transitórias (militares que completaram 20 anos de serviço militar até 31 de Dezembro de 2005) (**nº 3 do art. 9º**);

- Os militares que sejam abrangidos pelas disposições transitórias referidas no parágrafo anterior, e que se mantenham no activo após 1 de Janeiro de 2017, independentemente do momento em que passem à situação de Reforma, aplica-se o regime de Reforma, salvaguardado por essas disposições transitórias (militares que completaram 20 anos de serviço militar até 31 de Dezembro de 2005), sendo garantida a reforma sem redução de pensão nos termos vigentes a 31 de Dezembro de

2005 (**nº 4 do art. 9º**).

Este novo EMFAR traz igualmente uma outra agravante relativamente à situação de Reforma, mais concretamente ao Complemento de Pensão de Reforma (CPR).

Com a entrada em vigor deste novo diploma os militares que ingressaram até 31 de Dezembro de 1989 e que ainda não estejam na situação de Reforma, perdem o direito a este Complemento, a suportar pelos Ramos, por revogação das respectivas normas. Trata-se de uma perda muito significativa para os militares que ingressaram nas Forças Armadas antes da existência do EMFAR. Apenas ficam salvaguardados os direitos, e parcialmente, dos que já se encontram na situação de Reforma (**nº 1 do art. 17º**).

Esta perda deita por terra a expectativa dos militares relativamente a manter o valor da sua pensão de Reforma nunca inferior a 80% do montante do vencimento de militar de igual posto no Activo, até perfazerem 70 anos, altura em que a pensão seria recalculada pela CGA. Significará o regresso de pensões de reforma de indigência, com particular agravamento para as viúvas, conforme se verificava num passado não muito distante. ▲

PCP requer Apreciação Parlamentar do diploma

EMFAR não é assunto encerrado!

Após diligências efectuadas pela ANS junto dos Grupos Parlamentares e da Comissão de Defesa na sequência de uma ronda de audiências solicitada pelos novos Órgãos Sociais, numa iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português foi pedida a “Apreciação Parlamentar” do EMFAR, em requerimento apresentado no passado dia 3 de Junho, ao abrigo da alínea c) do artigo 162.º e do artigo 169.º da Constituição e ainda dos artigos 189.º e seguintes do Regimento da Assembleia da República.

Conforme o documento do Grupo Parlamentar do PCP, também enviado para a sede da ANS, este diploma “suscitou enorme



repúdio entre os militares, expresso de forma contundente em tomadas de posição de todas as associações representativas dos mi-

litares e em diversas manifestações de descontentamento”.

Neste requerimento de Apreciação Parlamentar é também reforçado o argumento continuamente apresentado pelas associações representativas dos militares de que “o presente Estatuto foi elaborado pelo Governo sem que estas associações tenham sido ouvidas nos termos do respetivo estatuto legal constante da alínea a) do artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto”, por muito que o MDN pretenda fazer passar a ideia contrária, até em cerimónias fora do território nacional, como aconteceu recentemente em Madrid.

No documento está ainda referido que

este Estatuto “representa um sério retrocesso para o estatuto da condição militar e uma grave desvalorização das respectivas carreiras. Acresce que não houve qualquer debate parlamentar sobre o Estatuto agora publicado, tendo a Assembleia da República permanecido à margem de qualquer debate sobre esta matéria. Ao suscitar a presente Apreciação Parlamentar, o Grupo Parlamentar do PCP pretende suscitar o debate parlamentar sobre o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, com o objectivo de, ouvidos os Chefes Militares e as associações representativas dos militares, poder introduzir nesse diploma as alterações que se revelem adequadas.” ▲

Carreira, Cargos e Funções – o embuste do novo EMFAR!

- O ingresso na categoria de Sargentos, após a conclusão do CFS, é feito com o nível 5 de qualificação, continuando a ser negada a obtenção de licenciatura (**nº 1 do art. 129º**). Passa a fazer-se no posto de Sub-Sargento ou Furriel (**nº 1 do art. 227º**). **Um retrocesso histórico de mais de 25 anos**, sem qualquer fundamentação funcional, pretendendo-se desta forma, tão só colmatar a falta de praças do regime de contrato e manter os Sargentos em início de carreira, em níveis remuneratórios mais baixos. Tal facto, influenciará negativamente não só o orçamento dos agregados familiares mas terá igualmente forte repercussão no cálculo da pensão de reforma para os militares inscritos na Segurança Social, uma vez que passa a relevar para o cálculo da pensão do militar, todo o período durante o qual sejam efectuados descontos (**nº 3 do artº 120º**).
- A promoção ao posto de Sargento-Ajudante passa a ser por escolha (**al. c) do artº 229º**). Desta forma um Primeiro-Sargento que seja ultrapassado na promoção em quatro anos seguidos ou interpolados (**al. d) do artº 185º**) passa à situação de Reserva.
- A promoção ao posto de Primeiro-Sargento passa a ser por antiguidade (**al. d) do artº 229º**), quando ocorrer abertura de vaga (**al. b) do art. 176º**). Perspectiva-se assim que se possa permanecer no posto de Segundo-Sargento os longos tempos que infeliz e indesejavelmente quase se tornaram habituais no posto de Primeiro-Sargento.
- Aumento do tempo mínimo de permanência no posto para efeitos de promoção ao posto imediato (**art. 230º**): 2 anos no posto de Sub-Sargento ou Furriel (novo posto, mais 2 anos); 4 anos no posto de Segundo-Sargento (mais 1 ano); 7 anos no posto de Primeiro-Sargento (mais 2 anos); 5 anos no posto de Sargento-Ajudante; 4 anos no posto de Sargento-Chefe. Desta forma duplica o tempo mínimo de 3 para 6 anos para se atingir o posto de Primeiro-Sargento.
- A revogação do nº 4 e 5 do artº 165º do anterior EMFAR (artº 167º do novo) vem criar mais um obstáculo na fluidez das carreiras, ao não permitir que o militar seja promovido ao posto superior. Ao abrigo deste artigo, sempre que existisse uma vaga em posto superior, por exemplo, uma vaga em Sargento-Mor, e nenhum dos Sargentos-Chefes reunisse condições, no momento para ocupar essa vaga, era possível promover um Primeiro-Sargento e um Sargento-Ajudante.
- No caso de promoção, o direito à remuneração do novo posto deixa de ser a partir da data da abertura da vaga e passa a ser a partir da data da prática do acto de promoção (**nº 3 do art. 72º**). Pergunta-se: Será que se suspendeu ou extinguiu a função durante este lapso de tempo, ou será que qualquer um serve para a desempenhar?
- Relativamente aos Cargos e Funções, no texto do preâmbulo podemos ler a prosaica intenção de: “*Ainda no âmbito da valorização da carreira militar*, é criada a função de chefia técnica para a categoria de sargentos, o que permite atribuir autoridade e responsabilidades acrescidas a estes militares”, o que está depois consignado no nº 2 do Artigo 129º (**Categoria de Sargentos**). Contudo, e se atentarmos cuidadosamente no conteúdo dos artigos 236º, 241º e 244º que descriminam os “**Cargos e Funções**” dos Sargentos da Armada, do Exército e da Força Aérea respectivamente, verificamos o seguinte: a nenhum Sargento da Armada é atribuída a função de chefia; é atribuída a função de chefia a todos os Sargentos do Exército excepto ao Furriel; a nenhum outro Sargento da Força Aérea é atribuída função de chefia a não ser ao Sargento-Chefe! Incongruente, enganador e demonstrativo da falta de rigor e de atenção com que os Sargentos, uma vez mais, foram tratados.
- As funções atribuídas aos Sargentos dos três ramos continuam a ser definidas muito genericamente deixando amplo espaço de manobra para as chefias disporem do pessoal sem qualquer rigor e respeito funcional, e continuam a ter caracterizações e níveis de responsabilidade diferentes para postos iguais, facto que para além de injusto e discriminatório origina problemas em termos de missões conjuntas. Uma revisão estatutária deveria ser a altura adequada para, em conjunto, de uma forma integrada e séria, se procurarem resolver estes problemas. No entanto, a teimosia política e a xenofobia classista tornaram este processo em mais uma oportunidade perdida tendo por objectivo transformar o Sargento no “**faz tudo**” o que o chefe entenda necessário.
- Relativamente à avaliação dos militares, ainda no texto do preâmbulo podemos ler que “*Outros mecanismos que têm reflexo directo no desenvolvimento das carreiras são a criação de um sistema comum de avaliação do mérito dos militares das Forças Armadas, dirimindo a possibilidade de distorções nos fluxos de quadros equiparáveis entre ramos*,” no entanto, e como todos bem sabemos, isto mais não é que nova tentativa de enganar os militares com frases bonitas mas vazias de sentido prático. Como é do conhecimento dos Sargentos, e muito mais dos chefes militares e respectivos oficiais, apenas os Sargentos da Força Aérea, a partir do posto de Sargento-Ajudante, exercitam o dever e o direito de ser o primeiro avaliador dos seus subordinados. Aos Sargentos da Armada e do Exército não é reconhecida a capacidade de ser o primeiro avaliador dos seus subordinados, ainda que prosaicamente, em texto de Estatuto, se lhes reconheça o exercício de funções de chefia. Afinal, em que ficamos? ▲

Tribuna

O ROSTO E AS MÁSCARAS - Os Decegados

O novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas entrará (entrou) em vigor a 01.07.2015 e inscreve algumas alterações tanto de direitos adquiridos depois do 25 de Abril como de retrocessos ao 24 de Abril. Entre um e outro período facilmente se reconhece o rosto do primeiro; dificilmente se reconhecem as máscaras do mais recente.

A primeira das grandes alterações constitui uma inovação da democracia que consiste em retirar a cidadania aos militares impondo-lhes o dever de isenção política como consequência, disparatada, da isenção partidária. Se no antigo regime estava vedado aos militares participarem politicamente sem autorização do Secretário de Estado da Guerra, da Marinha ou da Aeronáutica, na actual democracia começou por limitar-se a respectiva participação em manifestações de natureza política, públicas, e quando reservadas não poderem usar da palavra ou apresentarem-se uniformizados ou portadores de algum símbolo das Forças Armadas.

Mais recentemente, no passado mês de Maio, a democracia inovou: o militar está obrigado à isenção política. Ou seja, a contar de 1 de Julho de 2015, data da entrada em vigor do novo estatuto dos Militares das Forças Armadas, haverá uma faixa de portugueses diminuídos na sua capacidade de cidadania como participantes na sociedade na qualidade de seres humanos com a dignidade que os mais antigos tratados que vinculam os Estados reconhece.

O direito de pensar, de escolher, de criticar, de agir ou contribuir para o esforço comum do país, de ser reconhecido como ente autónomo e livre na sua pessoa com os limites que a democracia impuser à sua vontade, por escolher abraçar a carreira das armas, à qual empresta a sua vida, se necessário, ou o risco que está disposto a correr pela vida dos muitos anónimos mas merecedores concidadãos, estão irremediavelmente comprometidos com a isenção política.

No antigo regime os militares podiam participar na vida política portuguesa enquanto cidadãos com capacidade eleitoral activa e passiva; após a instauração da liberdade e da democracia só após o ano de 2001 é que o poder legislativo reconheceu aos militares o direito fundamental de cidadania de se candidatar a eleições livres em plano de igualdade e liberdade com todos os cidadãos. Após 1 de Julho de 2015, no século da liberdade, da democracia, da Europa e dos direitos humanos, o regime democrático com a representação política tomada nas rédeas pelos partidos políticos que representam os seus interesses particulares e grupais, retiram a génese da cidadania aos militares obrigando-os à isenção política, sinal de que tempos próximos virão de retirada da capacidade eleitoral passiva aos profissionais das armas. Pior que o antigo regime, o actualíssimo regime federalista europeu assente no neo-liberalismo fundado na dependência económica dos Estados com compressão da dignidade das populações.

E, entretanto, admitiram a existência de associações de militares, sem natureza sindical, a serem ouvidas em processos legislativos – e não meramente regulamentares – sobre matérias de foro sócio-profissional. Diga-se, no papel.

Enquanto no antigo regime se conhecia o rosto, na democracia já nem as máscaras se conseguem identificar pelas sombras que projectam no plano constitucional. O direito à dignidade humana é anterior ao Estado; o direito de participação política é inerente ao militar que, no seu juramento de fidelidade,

encontra os limites e razões da entrega da sua vida.

Mas não só. No antigo regime os militares tinham o direito de detenção, uso e porte de arma enquanto estivessem na efectividade do serviço. Desde que ficassem desligados do serviço ou reformados perdiam esse direito. Com o 25 de Abril foi totalmente confiado, na plenitude, a detenção, uso e porte de arma aos militares dos quadros permanentes mesmo depois de se reformarem.

Aos mesmos, e a outros que mais tarde ingressaram nas Forças Armadas, que resolveram, um dia, pegar nas armas de serviço a eles distribuídas e oferecer, de bandeja, com erros ou imaturidade política, nova vida aos portugueses – e o eldorado à recente classe política. Os mesmos que nunca se envolveram nas crises políticas nem assomaram à janela dos media brandindo os meios de coacção de alta violência que o Estado deposita nas suas mãos e capacidade de os utilizar porque sabem para que servem, como e quando se usam e os efeitos que produzem.

Sucede, porém, que passados 41 anos a democracia do menos Estado menos dignidade, mais partido menos democracia, mais representação indirecta menos participação política, mais promiscuidade menos transparência, resolve retirar o direito de detenção, uso e porte de arma aos profissionais das armas. Distraídos, por conveniência, num primeiro assomo de desconhecimento absoluto ilegalizaram o uso de equipamento obrigatório com o fardamento: as espadas, os sabres e outras armas que os militares usam, por força da função. Corrigido o erro logo se aprontaram a reduzir o direito reconhecido por estatuto próprio e específico equiparando os militares reformados aos indignos criminal e disciplinarmente responsabilizados por utilização indevida e criminosa na prática de crimes com armas brancas ou armas de fogo. Equiparados aos desligados do serviço e abatidos aos quadros permanentes por perderem a qualidade de militares. A contar de 1 de Julho de 2015, os militares reformados, independentemente da idade – mais um lapso de conhecimento do poder político, descontando a intenção – terão de demonstrar que continuam com capacidades físicas e psíquicas para deter, usar e portar armas. Esses mesmo que até aos 70 anos de idade poderão desempenhar funções militares em caso de estado de sítio ou emergência – claro que isto é um exagero e uma fantasia porque o mundo é um lugar seguro para se viver: sempre foi!

Escondem-se nas máscaras mas estão como o rabo escondido com o gato de fora.

E mais novidades nos trazem estes representantes do po(l)vo. Está para breve a privatização, sob a capa de profusas mas criteriosas concessões públicas, de poderes na credenciação, instrução, treino e autorização da detenção, uso e porte de arma a entidades que pouco ou nada têm a ver com a profissão das armas.

Ao povo esclarecido caberá escolher, fora de eleições, se pretende ou não um referendo à forma representativa da democracia actual ou uma mudança de paradigma.

Desconheço se a AOFA, a ASMR, a Associação Nacional de Sargentos e a Associação de Praças foram ouvidas relativamente a estas matérias.

Para já, e antes da entrada em vigor do novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aqui fica a minha futura infracção disciplinar.

Gennaro Pugliese

Capitão REF e Advogado ▲

Opinião

Estado de Alma

Sei que o estado de espírito dos militares, de uma maneira geral, não é o melhor e a razão disso prende-se naturalmente com os últimos diplomas aprovados, mesmo tendo nós a consciência que a tutela tudo tem feito para pintar o quadro de forma completamente diferente, nem que para isso tenha de recorrer a alguma forma mágica, porque são ainda muitos os que acreditam em tal disparate.

Por outro lado, somos na realidade muitos, os que se preocupam com a defesa e manutenção das Forças Armadas, na defesa dos direitos dos militares em geral e dos Sargentos em particular, conscientes também, mais uma vez, que este sentimento não é abrangente a todos os camaradas militares.

Ou porque desconhecem de facto as medidas protagonizadas por este governo e esta tutela, no que às questões militares diz respeito, ou porque estão convencidos, erradamente, que não os afecta de todo, ou porque não estão preocupados com as gerações dos militares mais novos, ou ainda porque na sua consciência e orientada lealdade decidiram contribuir para que assim fosse.

A reforçar esta ideia, podemos tomar como exemplo as recentes audiências com os chefes militares. Durante as mesmas foram expostas as nossas posições sobre muitas das matérias contidas no projecto do EMFAR e no projecto da ADM, que hoje, são de todos conhecidos pelos Dec. Lei n.º 90/2015 e Dec. Lei n.º 81/2015.

A nossa discordância nos pontos que consideramos mais penalizantes para os militares em geral e para os Sargentos em particular, foi defendida exaustivamente com argumentos válidos e irrefutáveis. No decorrer das mesmas, os argumentos utilizados pelos chefes, para algumas das medidas ali preconizadas, umas aceites outras assumidas como sendo de sua iniciativa, foram perdendo consistência, porque não apresentavam justificação, no nosso entendimento, que as suportasse.

De facto, algumas das medidas mostram a desvalorização funcional, o retrocesso hierárquico, o tratamento desigual e todas contribuem para a estagnação da carreira.

Contudo camaradas, aqueles a quem estas matérias afectam de verdade, não colheram por parte da Tutela e das Chefias qualquer compreensão. O EMFAR aí está sem que uma única alteração proposta pela ANS tivesse sido levada a sério.

Mas isto, amigos e camaradas, não é um acto isolado. Se forem bons observadores facilmente verificam que este procedimento, alarga-se e abrange um número significativo de sectores da sociedade, e os protagonistas não são difíceis de identificar.

Chegamos a esta e a muitas outras situações, fruto de circunstâncias muito especiais, desde logo um governo maioritário, empenha-

do no desmantelamento das Forças Armadas, com um enorme contributo do comandante supremo das mesmas. Durante estes anos, sem que muitos dos nossos cidadãos dissessem conta, o que é normal, os poderes com responsabilidade, na legislação, na governação e na sua execução estiveram concentrados em mãos de políticos cuja ideologia não levanta qualquer tipo de dúvida, liberais de parcelas nacionais, cujo principal objectivo a cobertura das ditas directivas Europeias, está centrado na privatização de tudo o que é público, ou seja, tudo o que é dos portugueses, mesmo que para isso tenham de o fazer de forma precipitada, tal é a pressa do reforço dos poderes nas mãos do capital.

Nunca foram possuidores de coragem suficiente, questionando o Povo Português a legitimar tais actos, preferindo a mentira continuada em campanha à determinação pela soberania e independência.

Esta hipocrisia telecomandada, cuja cartilha se estende por essa Europa fora com instruções claras de um qualquer Chanceler, que forma em catadupa estes discípulos na cadeira da hipocrisia universal, tornando-os simultaneamente alunos brilhantes na retórica, de facto excelentes nestas matérias, excepto naquilo que verdadeiramente interessa ou deveria interessar ao povo português, políticos sérios e responsáveis, políticos de verdade, capazes de governar para todo um Povo, e orgulhosos em ser Portugueses. A isto tiraria eu o chapéu.

Mas camaradas, as lamentações valem o que valem. Correr atrás do prejuízo é sempre muito mais difícil do que defender a trincheira.

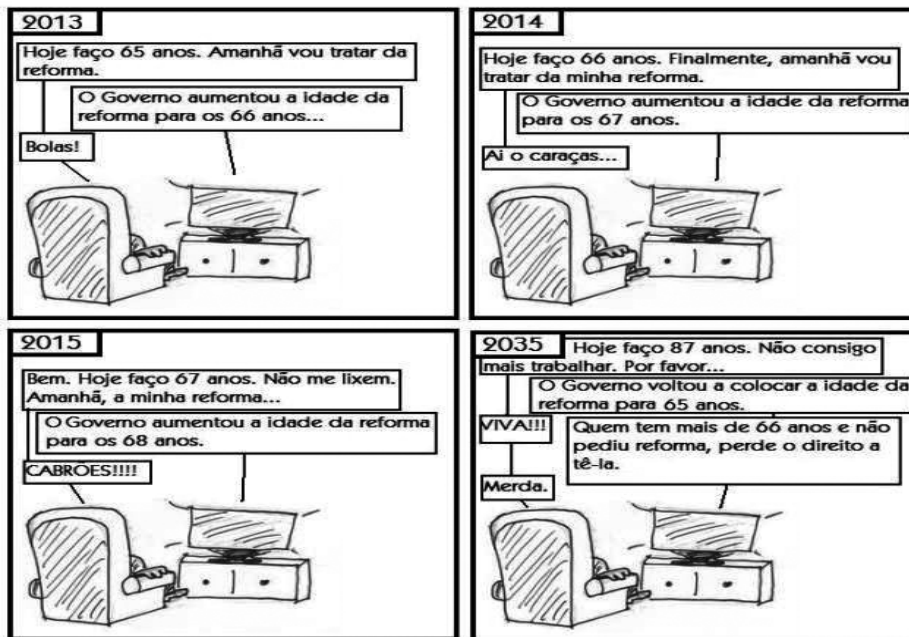
A reflexão é sempre um estado útil, ajudando-nos a corrigir posições anteriores e serve no fundo também como oportunidade para dizer basta.

Dizer basta a todas estas tropelias, a este estado calamitoso que inquina as relações e fragiliza a coesão pondo em causa a soberania de um povo.

Li algures há uns dias, que um estudo revelava que os portugueses são dos povos mais insatisfeitos da Europa no que toca à qualidade de vida. Concordo em absoluto! No entanto não compreendo a atitude, pois se durante quarenta anos continuam a optar por quem tem a responsabilidade desta situação e nada fazem para mudar, só podem estar a mentir, ou então procedem como a avestruz, preferindo não ver.

Se acreditam mesmo naquilo que responderam para o estudo, o passo mais importante a realizar é fazer uso de um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, a livre escolha! E já agora, não venham com aquela desculpa estafada do serem todos iguais, porque então camaradas... vou ali e já venho.

A.T. ▲



gustavovieira.com

IASFA - história, perigos e ameaças!

Em 1958 são criados os Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA), instituição de utilidade pública e dotada de personalidade jurídica e de autonomia que integrou o Cofre de Previdência dos Oficiais do Exército Metropolitano, o Cofre de Previdência dos Sargentos de Terra e Mar, a Acção Social da Armada, o Asilo dos Inválidos Militares, a Assistência aos Tuberculosos do Exército, a Assistência aos Tuberculosos da Armada e a Comissão Administrativa das Casas de Renda Económica do Exército, alargando assim a sua intervenção aos domínios da previdência, da assistência, da habitação, do alojamento temporário e do convívio social, do repouso e recreação, da acção cultural, da caixa económica, etc. Para o seu financiamento contribuíam todos os beneficiários com o pagamento obrigatório de uma quota descontada nos vencimentos. Em 1960, foi criado o Estatuto do Cofre de Previdência das Forças Armadas.

A Revolução de 25 de Abril de 1974, trouxe também alterações aos próprios SSFA, que implicaram a sua reestruturação e a alteração da sua estrutura reconhecendo, por exemplo, em 1976, o direito à reparação material e moral que assiste aos deficientes das Forças Armadas e medidas e meios no sentido da sua integração na sociedade, cumprindo assim a sua missão de protecção e apoio à família militar, procurando responder às situações de maior carência social e de satisfação das necessidades básicas dos seus beneficiários.

Num clima de permanente mudança e instabilidade política e social, os SSFA mantendo a actividade, procederam a profundas alterações levando à criação em 1995 do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA) que passou a integrar numa única entidade os Serviços Sociais das Forças Armadas, o Cofre de Previdência das Forças Armadas, o Lar de Veteranos Militares - CAS Runa, o Complexo Social das Forças Armadas - CAS Oeiras e o Centro Social Médico e Educativo do Alfeite - CAS Alfeite, desenvolvendo a sua missão no âmbito da acção social complementar de apoio à família militar.

Em 2004, o IASFA passa a instituto público, com a aprovação da lei-quadro dos institutos públicos, mantendo-se inalterada a sua missão de acção social complementar (ASC) para os seus beneficiários.

A materialização da condição de instituto público só acontece em 2009, com o Decreto-Lei n.º 215/2009, de 4 de Setembro, que

cria o IASFA, I.P. que, enquanto instituto público, se integra na administração indirecta do Estado, é dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e património próprio. Paralelamente vê alargada a sua missão: para além da ASC passa a garantir também a gestão do sistema de Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), descaracterizando a missão do IASFA e desresponsabilizando o Estado.

Em 2012, foi aprovada a nova orgânica do IASFA, I. P. que, entre outras alterações, passou a ter o Conselho de Direcção composto apenas por dois elementos – presidente e vogal, em vez dos anteriores três elementos (presidente e vogais, um de cada ramo), em que agora o presidente **pode** ser designado de entre Vice-Almirantes ou Tenentes-Generais e o vogal **pode** ser designado de

pre alvo de cobiças várias.

Em 2005, por imposição política do então MDN Luís Amado e com a concordância, se não mesmo cumplicidade, de membros da Direcção do IASFA, os militares passaram a descontar para a ADM, tendo o MDN assumido o compromisso de atribuir ao IASFA, a partir do Orçamento do Estado, a verba correspondente às anteriores contribuições dos beneficiários. Esse compromisso nunca foi integralmente respeitado, agravando-se o seu incumprimento com a chegada deste governo ao poder, quando se passou a assistir ao duplo estrangulamento do instituto, retirando-lhe recursos indispensáveis à ASC e impedindo o recrutamento de pessoal necessário ao seu funcionamento e até mesmo **à obtenção de receitas**, levando à degradação considerável da qualidade da resposta dos serviços prestados, ameaçando

segmento do chamado “Turismo Sénior”...

Um outro ataque encapotado mas visando um objectivo há muito perseguido por sucessivos governos, agora e aqui apresentado como se de uma “bondade” se tratasse, tem a ver com a separação do Suplemento da Condição Militar do Vencimento Base ao argumentar-se que tendo em vista o contributo dos beneficiários para a instituição, se sugere como passível de estudo que, dos descontos actualmente efectuados, (3,5% do Vencimento Base + Suplemento da Condição Militar) se separem 3,5% do Vencimento Base para o Apoio de Saúde e 3,5% do Suplemento da Condição Militar para o Apoio Social, como fundamento que provoque a “menor agitação possível” na já tão perturbada situação político-social vigente. Perigoso, ardiloso mas inaceitável!

Na tentativa de validar o chamado “Plano Estratégico”, ou fazer acreditar que poderia haver a concordância dos beneficiários (e para um universo muito limitado pois nem todos são possuidores das ferramentas electrónicas exigidas) foi colocado a circular um questionário em suporte informático. Trata-se, como é fácil de perceber, de uma armadilha. Por um lado, conhecem o mal-estar existente provocado pelas medidas do governo, e esperam que tal se expresse nas respostas ao inquérito, para depois as usarem para alcançar os objectivos de descaracterizar ainda mais o IASFA. Por outro lado, escondem o Plano Estratégico e, por fim, é lançado, supostamente à margem da instituição, um denominado Montepio Militar, com a participação de chefes militares e de muitos militares que tiveram sérias responsabilidades no estado a que isto chegou, incluindo o anterior presidente do IASFA.

Feito este enquadramento histórico e factual, o objectivo mais urgente é o de cerrar fileiras em torno da defesa da obra social dos militares e denunciar todas as tentativas de desvalorizar e descaracterizar o IASFA, de delapidar o seu património com a hipotética “alienação/venda”, de afastar os militares dos seus órgãos de gestão e direcção colocando “boys e girls” nos seus lugares e, em última análise, denunciar a tentativa de criação de mecanismos paralelos que embora sob a capa de direito privado mais não são que mecanismos concorrentes que poderão levar, no limite, à decisão política de extinção da obra social dos militares, o IASFA. ▲



entre Contra-almirantes e maiores-generais dos ramos das Forças Armadas. Se **pode**, também **pode não ser**...

Esta alteração traduziu-se na perda de efectiva representatividade dos três ramos das Forças Armadas no Conselho de Direcção, por um lado e, por outro, abriu a porta a este poder ser exclusivamente civil, contribuindo para a descaracterização do instituto militar.

É neste contexto de descaracterização acelerada, que o “nosso” IASFA, se vê seriamente ameaçado pela atitude de sucessivos governos pois até 2005, para além de pontuais contributos do Orçamento, o IASFA viveu das contribuições directas ou indirectas dos seus beneficiários e de receitas provenientes dos serviços que prestava, e constituiu um património notável, entre equipamentos sociais e parque habitacional, com custos de manutenção significativos saídos das contribuições dos beneficiários, desde sem-

afastar o IASFA dos interesses dos respectivos beneficiários.

Qual “cereja em cima do bolo”, são os beneficiários confrontados com um plano estratégico com contornos nebulosos sobre o futuro do IASFA, mas em que fica clara a intenção de alienar património, de pôr outras instituições a funcionar em paralelo e de consagrar uma estrutura de poder nas mãos de supostos “especialistas”, diminuindo a presença e influência dos militares na condução dos destinos do seu próprio instituto de acção social complementar. Poderá estar integrado neste tipo de planos a estranha (perigosa?) se não mesmo anacrónica visita de personalidades ligadas ao Grupo Pestana, (conhecido na área da hotelaria e turismo), às instalações do CAS-Runa, próximo de Torres Vedras. Seguramente que não se tratou de uma visita social nem de uma acção de solidariedade e apoio aos idosos ali residentes e assistidos... Sabe-se o quanto pode ser apetecível o

Lembrar um Resistente seguindo-lhe o exemplo!

Numa iniciativa promovida pela AP - Associação de Praças, a que se associaram a ANS - Associação Nacional de Sargentos e a URAP - União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, foi homenageado o “Marinheiro Insu- bmisso” da Revolta dos Marinheiros de 1936, Tarrafalista, Comendador da Ordem da Liberdade, o Sargento-Ajudante da Armada José Barata.

Nesta homenagem que teve lugar no cemitério de Oeiras, assinalando a passagem do primeiro aniversário da morte do José Barata, esteve presente o seu filho, Alberto Nogueira Barata que, na ocasião, fez a entrega da Comenda da Ordem da Liberdade aos representantes da URAP para que fiquem seus fiéis depositários.

Foram proferidas breves mas emotivas e profundamente significativas intervenções pelos representantes da AP, da URAP, da ANS e pelo filho do homenageado.

A intervenção da ANS teve como referência o livro “A Revolta dos Marinheiros de 1936”, em que a autora Gisela Santos de Oliveira entrevistou José Barata, “livro um pouco tardio no seu aparecimento e publicação mas procurando repor a verdade autêntica da motivação do acontecimento histórico a que o livro se refere” conforme referiu o próprio José Barata, aquando do lançamento do livro em 2009.

Da intervenção da ANS realçamos as seguintes passagens que se enquadram com grande actualidade no momento que vivemos: “A revolta teve o mérito



de mostrar que por baixo da imagem de acalmia e assentimento populares que o Estado Novo pretendia fazer passar, águas turbulentas se agitavam.

Tal como não convém limitar uma revolta a “meia dúzia de indivíduos”, importa relacionar a “explosão” às causas mais profundas que não são imediatamente identificáveis, mas que a determinaram. Se em 1936 esta relação não foi estabelecida por não servir o interesse de um regime que se procurava

fortalecer, actualmente não se pode ignorar que uma revolta é a consequência de um mal-estar, difícil de identificar no imediato, que determina acções mais ou menos violentas de protesto.

Se, numa época em que o acesso à educação e à informação era restrito, a condenação imediata dos distúrbios à ordem, sem procurar as suas causas, fosse atitude normal – o que servia os interesses de um regime ditatorial –, importa talvez questionar porque é que nas democracias ocidentais, sem

que exista uma acção de censura (pelo menos explícita) e onde o público é “razoavelmente educado” nas escolas financiadas pelos Estados, continua a perdurar em muitos sectores da população esta forma imediata de julgar os acontecimentos”.

Que a memória perdure, particularmente a daqueles que, como o José Barata, nunca se acomodaram nem nunca aceitaram a injustiça e a prepotência.

Saibamos dar continuidade ao seu exemplo! ▲

ANS na Homenagem aos que Tombaram!

A Comissão Executiva para a Homenagem Nacional aos Combatentes, presidida este ano pelo Tenente-General Leonel Silva Carvalho, promoveu no passado dia 10 de Junho o seu 23.º Encontro Nacional, cujo objectivo foi comemorar o Dia de Portugal e prestar uma sentida homenagem

a todos aqueles que tombaram no cumprimento da missão que um dia foram chamados a cumprir.

Nas cerimónias deste ano foi também feita uma Homenagem Nacional às Enfermeiras Paraquedistas (foto), sendo realçada a sua acção extraordinária no apoio aos Combatentes nos

vários teatros de operações, tendo sido lido um louvor que lhes foi atribuído pelo General CEMGFA.

Como desde já há alguns anos vem sucedendo, a ANS opta por comemorar o 10 de Junho neste local, em Belém, honrando a memória daqueles que deram o sacrifício máxi-

mo ao serviço da Pátria.

O presidente da Direcção, Sargento-Chefe José Gonçalves, e o vice-presidente da Direcção, Sargento-Ajudante José Colaço, depuseram uma coroa de flores numa sentida homenagem da ANS e dos Sargentos de Portugal. ▲



ANS - 26 ANOS AO SERVIÇO DOS SARGENTES

Juntos nas Rotundas e Encruzilhadas!

Os Nove Bravos Jamais Serão Esquecidos!

No âmbito da comemoração do 26º aniversário da ANS decidiu a Direcção inaugurar na sede social a “Sala Nove Bravos da Rotunda – Heróis do 5 de Outubro de 1910” e a biblioteca ali existente. Para o efeito foi convidado o escritor e ex-presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Modesto Navarro, que autografou os livros de sua autoria existentes na biblioteca agora inaugurada e, em conjunto com o presidente da Direcção, procedeu ao descerramento da placa de homenagem aos nove bravos Sargentos, que passaram a ter as suas fotografias na parede daquele espaço. A cerimónia decorreu no passado dia 17 de Junho e Modesto Navarro fez uma intervenção que, pela sua importância histórica, política e social, transcrevemos na íntegra.

“Sensibilizou-me muito este convite para estar aqui, convosco, na comemoração do Aniversário da Associação Nacional de Sargentos. É o vigésimo sexto desta conquista de Abril e do povo fardado e consciente. É uma honra e significa uma experiência inesquecível.

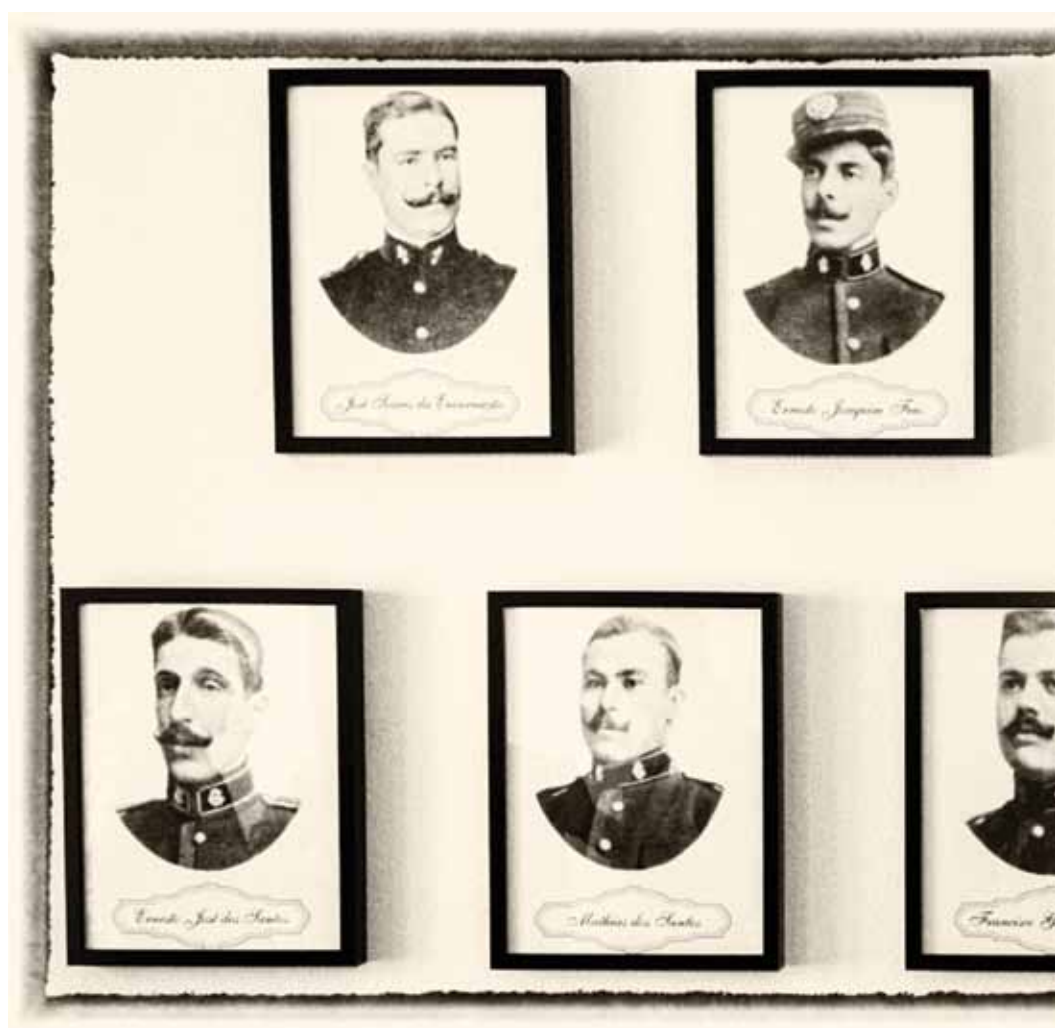
Ao conhecermos e estudarmos cientificamente a nossa história verificamos que, afinal de contas, não foram os reis e os príncipes que fizeram e ganharam as batalhas e as guerras. Alguns deles, tal como alguns gene-

rais e comandantes, estiveram lá, a lutar, ao lado do povo armado, dos sargentos, dos cabos, dos soldados, dos marinheiros e grumetes, daqueles que vieram e vêm do povo e que mais sentem a dor e os golpes mortais da história na humanidade terrena.

Nós queremos a paz, a independência, o progresso, o fim da injustiça e da ignorância. Face às mortes e aos estropiados, nós quisemos o fim da guerra colonial e por isso lutámos, dentro e fora dela, para que houvesse acordo honroso e libertador para todas as partes, nessa tragédia que marcou a nossa vida. Sim, porque nós sabíamos e aprendíamos duramente que no outro lado da montanha, do rio, do trilho desaparecendo na floresta, estavam irmãos do mesmo sonho, da afirmação dos povos e da independência ambicionada.

Foi isso que conseguimos, quando, na noite de 24 para 25 de Abril, oficiais, sargentos, cabos, marinheiros, soldados e grumetes saíram para as estradas, as ruas e avenidas e ocuparam espaços e lugares propícios à vitória sobre o fascismo de Salazar e Caetano.

Esse acontecimento, esses nomes que conhecemos e ainda desconhecemos, essas caras felizes e preocupadas, na noite e no dia maior de Abril, desenhavam e realizavam a vitória



que muitos outros, desde há quarenta e oito anos, na clandestinidade como nos quotidianos de luta legal e semi-legal, foram abrindo a par e passo, no silêncio e no clamor solidário

que a esperança alimentava.

Nada é feito sozinho, por este ou aquele herói, por muito dotado e corajoso que seja. Com o 25 de Abril, fazendo de um golpe militar uma revolução intensa que ainda defendemos e impulsionamos, na adversidade tão dura que atravessamos, aprendemos que é melhor estar lado a lado com os camaradas, com os amigos e companheiros, no desenho dos rumos a seguir, nos objectivos que traçamos e queremos realizar.

Foi assim que conseguimos a libertação dos presos políticos, o fim da Pide e do fascismo; foi assim que abrimos as portas da descolonização, da liberdade, do poder local democrático, da reforma agrária, das nacionalizações, da saúde, da educação e da cultura, das empresas ao serviço da revolução e do povo, foi assim que realizámos as campanhas de alfabetização e de dinamização cultural e cívica, com militares e civis unidos e determinados.

Na Rotunda, em Lisboa, na manhã de 5 de Outubro de 1910, face aos desaires que os revolucionários e o povo sofriam, os oficiais reuniram em conselho e decidiram desistir e abandonar a luta. Ao contrário, os nove



SENTOS, PORTUGAL E FORÇAS ARMADAS

sargentos que agora homenageamos reuniram em conselho e deliberaram por unanimidade continuar a lutar, convidando Machado dos Santos a tomar o comando das operações, que já envolviam muitos trabalhadores e povo de Lisboa, nas barricadas ergui-

disso, ao longo de décadas, milhares de homens e mulheres deram o melhor das suas vidas à ambição de mudar e transformar o país, formando consciências e criando práticas mais determinantes e avançadas.

A ideologia revolucionária apro-

nos encontramos juntos nas rotundas e encruzilhadas para caminharmos em frente, em democracia e liberdade, na afirmação ampla e popular, de quem honra o povo a que pertence, e que quer ver a determinar, em cada dia decisivo, como os dias que se aproximam, o que deve ser e como deve ser, para abrir novos mundos ao mundo da esperança e da coragem que nos anima e acompanha.

Parabéns à Associação Nacional de Sargentos, parabéns ao senhor presidente da Direcção, a todos os dirigentes, amigos e amigas; honra e glória aos nossos heróis da Rotunda e que o ano e as batalhas que enfrentamos sejam favoráveis para todos os que estão lado a lado com

os que trabalham, os que sofrem e merecem ser livres e felizes. É esse o vosso caminho e o nosso caminho, na diversidade e na força que nos anima, hoje e sempre na resistência aos golpes nefastos que outros continuam a realizar e a preparar, os cegos a caminho do barranco de cegos que lhes interessa fomentar.

Na simplicidade complexa que nos acompanha e transforma, olhamos o futuro com firmeza e confiança, conscientes de que não traímos nem abdicamos de rasgar novos horizontes de progresso e de vida usufruída em liberdade e na dignidade deste povo a que pertencemos! Viva o 25 de Abril! Viva a Associação Nacional de Sargentos!" ▲



das, nos golpes e contra-golpes que levaram à vitória da República.

Em 5 de Outubro de 1910 e em 25 de Abril de 1974, os trabalhadores e o povo saíram à rua, contra avisos e ordens de ficarem em casa, e tornaram-se decisivos ao lado dos militares revoltosos que então se ergueram e depuseram os poderes autocráticos e destruidores da nossa independência e dignidade. Como povo soberano que já tinha sido interventivo em 1383/85, em 1640, em 1820 e noutras datas e acontecimentos determinantes para a nossa história, ali estive, corajosamente, aliado aos filhos do povo que tinham armas e fardas e que tinham a mesma ambição de liberdade, de paz e de futuro.

No fundo, das lições que tirámos e continuamos a tirar, poderemos afirmar que de facto o mundo se move e que, em 1974, já foram muitos os oficiais e comandantes que estiveram nas frentes e ali ficaram leais aos companheiros sargentos, cabos, soldados e marinheiros.

Sim, foram outras as vitórias e mais profundos os traços e cortes que deixámos, militares e povo, em cada cidade, vilas, aldeias e lugares, na Revolução de 25 de Abril, porque, antes

funda os caminhos, os pequenos e grandes avanços e lutas. O saber e a cultura estiveram e estão hoje mais presentes entre nós, para reforçar as vontades e sonhos, para dar mais precisão e eficácia aos trabalhos de unidade e de firmeza perante golpes nefastos que são dados nas nossas vidas, no futuro da juventude e das crianças, dos nossos filhos e netos, que vemos a braços com problemas que temos de ajudar a enfrentar e a resolver.

Por tudo isso, de forma premonitória, também hoje, ao festejarmos o Aniversário da Associação Nacional de Sargentos, participamos na inauguração de uma sala e de uma biblioteca que serão o símbolo do que já aprendemos e do que precisamos de continuar a aprender, para chegarmos mais longe, para nos vermos livres daqueles que só pretendem destruir direitos e conquistas, que são carne de obedecer para empenharem e entregarem a nossa independência e soberania.

Não deixaremos. Aqui estamos, militares e civis, com a dignidade e a firmeza que caracterizam os que defendem o país e o futuro dos que trabalham e sofrem. Cada vez mais

Brindando aos Bravos da Rotunda

No dia da comemoração da fundação da ANS e da inauguração da sala dos Bravos da Rotunda, conversando com antigos e actuais camaradas dirigentes da nossa Associação – a minha homenagem e o desejo das maiores venturas a estes no seu quarto ao leme e mantendo o rumo desta nossa ANS – inteirei-me da intenção do Governo propalada pelos OCS de colocarem camaradas na situação de Reserva fora da efectividade de serviço a vigiar escolas.

Informaram-me da recente alteração ao EMFAR que prevê: “... no sentido de tornar a Reserva num instrumento mais flexível e adequado às necessidades das Forças Armadas e do país, é prevista a possibilidade dos militares na situação de Reserva fora da efectividade de serviço serem convocados para o desempenho de cargos ou exercício de funções de interesse público no âmbito das missões das Forças Armadas em organismos do Estado, fora da estrutura e da tutela da defesa nacional, na sua área de residência.”

Funções de interesse público quer dizer, certamente, consonantes com a Constituição da República Portuguesa, que todos os militares juraram cumprir e fazer cumprir: e cumprem! E é aqui que bate o meu ponto.

Suponhamos que colocavam um militar nessa situação a prestar serviço numa escola, onde este e o anterior governos cuidaram de roubar os subsídios de família aos pais, e os transportes escolares, encafuaram dezenas de alunos numa sala, despediram professores e diminuíram o

número de auxiliares, que lhes impuseram propinas inoportáveis para os salários e pensões de miséria das suas famílias, e manuais escolares e outros instrumentos pedagógicos cujo custo é superior a um mês de salário ou de pensão, que os obrigam a ir à escola nas férias para se alimentarem, por vezes acompanhados dos pais para humilhação de todos, quando deviam estar a brincar ou a descansar para mais um intenso ano escolar...

Ou num Museu, como há tempos aventaram. O militar saberia que cortaram as verbas orçamentais, que os funcionários à medida que se aposentaram não foram substituídos, que as obras que carecem de restauro, sob pena de se perderem, estão a degradar-se todos os dias perante a impotência dos responsáveis locais por este serviço de interesse público.

Ou num Teatro, ou... Haverá algum onde respeitem a Constituição? Num Banco? Isso seria impossível, mesmo que fosse o Central, por cujas malhas escapam os peixes mais graúdos mas impõem cada vez mais taxas e taxinhas aos que foram obrigados a ter conta aberta para lá serem depositados os seus salários, ou as suas pensões, tudo de legitimidade e Constitucionalidade muito duvidosa.

Como poderá o militar conviver com estas situações inconstitucionais sem poder honrar o seu juramento e correr com esta gentilha do poder?

David' Pereira

SMOR TEA Ref da Marinha ▲

ANS no aniversário da FAP

A cerimónia militar do 63.º Aniversário da Força Aérea e do Centenário da Aviação Militar decorreu no passado dia 4 de Julho na cidade de Ovar. A cerimónia foi presidida pela SEADN, e contou com a assistência de várias centenas de pessoas sendo de salientar a grande ovação prestada ao Estandarte Nacional, aquando da sua integração na formatura.

As intervenções do CEMFA e da SEADN incidiram particularmente nas missões desempenhadas pela FAP e no bom desempenho dos profissionais que servem a instituição. Na intervenção da SEADN não deixou de ser referida, mais uma vez como se de algo novo se tratasse, a promoção de mais de seis mil militares, questão decorrente da Lei do Orçamento aprovada no ano passado. Curiosamente não foi feita referência alguma ao prejuízo objectivo trazido aos orçamentos familiares pela tardia publicação das referidas promoções. No decorrer do discurso da SEADN surgiu uma tarja com a inscrição “*Governo Destrói a Condição Militar*”, não tendo sido alvo de qualquer represália.

Cabe uma saudação aos militares con-



decorados, reconhecidos publicamente, em particular aos cinco Sargentos, nomeadamente, SAJ Rui Bernardo, 1SAR Lúvia Sousa, SAJ Albano Torres, SAJ Jorge Fernandes e 1SAR Sónia Marques.

Para além da presença de várias enti-

dades políticas, militares e autárquicas, também as associações profissionais de militares estiveram presentes, respondendo ao convite do CEMFA, situação que já há muito tempo não se verificava. Registe-se este facto como positivo, se

tal vier a configurar um mais próximo e efectivo clima de cooperação.

Nesta circunstância esteve presente em representação da ANS o vogal da Assembleia-Geral, Sargento-Ajudante José Gomes. ▲

Protesto no Dia da Marinha!

Na sua intervenção nas cerimónias do Dia da Marinha, no passado dia 24 de Maio, no Terreiro do Paço, em Lisboa, o MDN anunciou como novo algo que já foi decidido na Lei do Orçamento aprovada no final de 2014 quando, num registo a que já nos vem habituando, usando espaços de cerimónias onde sabe não haver contraditório, afirmou que mais de seis mil militares serão promovidos até ao final do ano.

Nesta afirmação de clara publicidade enganosa, o MDN não anunciou novidade alguma e mais não fez do



que dizer aquilo a que está obrigado para não levar ao bloqueio do normal funcionamento de uma instituição com as características e especificidades das Forças Armadas.

De acordo com a notícia veiculada pela RTP, quando o MDN iniciou a sua intervenção, depois das palavras do Almirante CEMA, houve lugar a um protesto relâmpago quando, no meio da multidão, surgiu uma faixa onde se podia ler “*Governo Destrói a Condição Militar!*” empunhada por um grupo não identificado que desmobilizou em segundos depois de interpelado pela polícia. ▲

A Saúde e as Missões

O caos nos cuidados de saúde aos militares em missão no âmbito da cooperação técnico-militar revela as fragilidades existentes no apoio aos mesmos. A qualidade de resposta do sistema de saúde, na perspectiva militar, está ainda longe de alcançar um nível razoável de satisfação, para os militares que dignamente representam Portugal em missões no exterior, contribuindo assim, para uma tal cultura de insegurança que põe em causa a confiança nos comandos das instituições. A persistente tentativa cega de privatizar os serviços, com particular incidência na saúde militar, tem levado a um dos maiores “crimes” nas Forças Armadas, encoberto ou desconhecido da maioria dos nossos camaradas, que consiste na significativa falta de assistência médica aos militares em missão no exterior do país. Casos como os que se

passam ainda hoje, enquanto escrevo este artigo, são uma realidade. Camaradas que têm de pagar as suas consultas médicas, em países onde as clínicas com condições para o fazer condignamente cobram centenas de euros, são uma dura realidade.

Segundo um novo diploma, Decreto-Lei n.º 70/2015, publicado em 22 de Janeiro de 2015, ao estado português incumbe garantir aos militares que participam em ações constantes do referido diploma, em termos que se mostrem adequados à situação concreta, assistência médica, medicamentosa e hospitalar e ainda acesso a meios de diagnóstico e terapêutica. Entendeu assim o legislador que um seguro de saúde pode corresponder a esta obrigação, lançando um concurso público para o efeito. Como seria de esperar nenhuma seguradora respondeu a este mesmo concurso por achar que as responsabilidades

para este tipo missões são demasiado altas. Diz ainda neste diploma que a responsabilidade financeira dos encargos decorrentes da prestação dos cuidados de saúde operacional devem ser suportados pelos orçamentos das Forças Armadas (EMGFA e Ramos), não devendo ser imputados à Entidade Gestora da ADM. Faz todo o sentido pois os custos de operação da ADM são suportados pelos próprios militares. Como resultado de tudo isto, as nossas chefias das cooperações técnico-militares, pedem-nos para enviar as despesas de saúde para a ADM. Esta situação acaba por ser irónica pois ao ser esta instituição a garantir as despesas de saúde dos militares em missão no exterior, somos todos nós a pagar a nossa própria assistência em missões oficiais no estrangeiro. Talvez seja por estas situações também que nos agravam as contribuições para a ADM.

Apenas faço uma pergunta perante toda esta situação. Fui enviado para uma missão no estrangeiro, para um país onde o custo de vida é substancialmente superior ao nosso. Tive de subsistir os primeiros dois meses com o meu ordenado porque se “esqueceram” de me pagar o suplemento de missão. Se não tiver dinheiro para pagar uma consulta de urgência o que faço? Talvez possa beneficiar da boa vontade da embaixada de um qualquer país vizinho amigo para pagar uma viagem de urgência por perigo de morte, devido a doença, como um camarada beneficiou não há muito tempo. Naquela situação específica, a cooperação disse que não podia ajudar e a embaixada portuguesa... que não tinha dinheiro.

Uma matéria que nos deve fazer reflectir a todos.

APG/GNR reafirma disposição para Lutar

No passado dia 7 de Abril, nas instalações dos Serviços Sociais da GNR, na Costa da Caparica, decorreu a cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da APG/GNR, a maior associação socio-profissional no seio da GNR.

Na presença de inúmeros convidados representando, entre outras entidades, o comando da GNR, a chefia dos Serviços Sociais, associações das forças e serviços de segurança, associações militares, o presidente da Direcção reeleito, César Nogueira, reafirmou a disposição para lutar pela concretização de um estatuto profissional que respeite as legítimas aspirações dos

profissionais que servem o país naquela força de segurança.

Em representação da ANS, por solicitação do presidente da Direcção, Lima Coelho transmitiu a mensagem de solidariedade dos Órgãos Sociais da ANS e a disponibilidade para continuar a trabalhar conjuntamente pelo respeito relativo aos direitos daqueles que servem Portugal, quer nas Forças Armadas, quer nas Forças e Serviços de Segurança, reconhecendo as diferenças e especificidades de cada instituição, que efectivamente existem, mas lutando em conjunto pelos aspectos que são comuns a estes profissionais e seus familiares. ▲



Delegação do CSA comemora 31 anos

Com a sala cheia de associados e amigos, realizou-se, no passado dia 5 de Maio, a sessão comemorativa do 31º aniversário da Delegação, no Feijó, do Clube do Sargento da Armada (CSA).

Estiveram presentes representantes do Estado-Maior da Armada, do Poder Local (Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia), da Confederação Portuguesa das Colectividades, das associações e clubes militares e de vários clubes civis, da área onde o CSA está inserido.

Cerimónia, de alegria, de confiança e entusiasmo, reflectindo o orgulho dos associados, na sua obra maior, o seu clube; e, pelo número e valor das entidades representadas reflecte também o respeito e prestígio que o CSA tem ganho.

Iniciou-se a sessão com o responsável pela Delegação, o nosso camarada Nóbrega, reflectindo no rosto, a alegria e o orgulho, de ser dirigente e coordena-



nador da Delegação, saudando e agradecendo a presença de todos na comemoração de mais um aniversário.

Seguiu-se o presidente da Direcção, Rui Maricato, que fez uma breve descrição das várias realizações desenvolvidas pelo CSA, dizendo com o seu estilo ale-

gre, que é para ele uma grande alegria e orgulho ser dirigente de uma tal Instituição, o CSA.

Seguiram-se as intervenções institucionais dos convidados, tendo todos elogiado o Clube e a sua obra.

O respeito e prestígio que o CSA tem

vindo a ganhar, não caiu do céu nem se deve a um milagre, é o produto da actividade persistente desenvolvida, pelas várias equipas que o têm dirigido, não só na promoção social, cultural e desportiva dos Sargentos, mas também pela forma como tem sabido inserir a sua actividade, nas várias actividades desenvolvidas pelo Movimento Associativo e pelo Poder Local onde está inserido.

O CSA nunca se fechou sobre si próprio e sempre participou e debateu, dentro das suas possibilidades, os problemas mais sentidos pelo Movimento Associativo e até pela Sociedade Portuguesa.

Seguiu-se um momento cultural oferecido por dois grupos musicais, o Renascer e o quarteto de Guitarras, CLAVE SOL, sendo vários dos seus protagonistas sócios do Clube.

Para terminar, como é apanágio nos marinheiros, conviveu-se, cantou-se os parabéns e partiu-se o bolo de aniversário.

M.C. ▲

Homenagear os Combatentes junto ao Soldado Desconhecido

Organizadas e promovidas pela Liga dos Combatentes e presididas pelo CEMGFA, General Pina Monteiro, tiveram lugar no Mosteiro da Batalha as cerimónias comemorativas do Dia do Combatente, da evocação do 97º aniversário da Batalha de La Lys e da 79ª Romagem ao túmulo do Soldado Desconhecido.

Nas cerimónias esteve presente o ex-presidente da República, General Ramalho Eanes. Estiveram ainda presentes a SEADN, altas entidades militares e das forças de segurança, autarcas,

adidos militares, associações de ex-combatentes e as associações profissionais de militares.

Respondendo ao convite do presidente da Liga dos Combatentes, Tenente-General Chito Rodrigues, a ANS esteve representada pelo presidente do Conselho Fiscal, Sargento-Chefe Mário Pereira e pelo vogal da Assembleia-Geral, Sargento-Ajudante José Gomes, que depuseram uma coroa de flores junto ao túmulo do Soldado Desconhecido, prestando assim a sentida homenagem da ANS e dos Sargentos de Portugal. ▲



Justiça Social, Sim! Caridade, Não!

Se há valor que deve merecer o maior respeito é o profundo sentimento de solidariedade de que em situações extremas são capazes, de uma maneira geral, os militares. Eventualmente devido à formação, à preparação para enfrentar as piores situações em teatros de operações adversos, ou ainda à consciência de saber que, em situações limite, as suas costas deverão ser defendidas pelo camarada cujas costas ele mesmo defende, ou seja, o exemplo extremo da confiança mútua, os militares são essencialmente solidários. E, de uma maneira geral, este espírito solidário manifesta-se com mais veemência quanto mais difícil ou doloroso for o momento.

Contudo, esta solidariedade intrínseca aos militares, que se prezam de o ser, **não se deve confundir. Não se deve confundir esta enorme capacidade de se ser solidário com a exploração de sentimentos de pena** que possam conduzir à demagógica caridade!

Vem esta consideração a propósito da “Nota” publicada na coluna “Saibam Todos”, na página 34 da edição do mês de Julho da “Revista da Armada” que sob o título “Conta – Marinha Solidária” apresenta o seguinte texto:

“A Direcção de Apoio Social informa que a conta “Marinha Solidária” se encontra aberta durante todo o ano para depósitos em numerário, destinados exclusivamente à aquisição de alimentos. De realçar que esses alimentos serão entregues aos que mais necessitam dentro da Família Naval.

*IBAN PT 50 0018 0003 2398 4693 0209 8
Mais Informações: Tel: 211 909 857 /
RTM: 32 91 57”*

Temos ouvido, até à exaustão, o MDN



afirmar que as mais diversas medidas implementadas por este governo, sobretudo as que mais têm prejudicado os militares, o têm sido com a participação e a concordância das chefias militares. Diga-se em abono da verdade que estes

não o têm desmentido!

Quando se assiste a um aumento de cerca de 1000% para que os militares vejam os seus cônjuges poderem ter o direito à assistência na doença, quando se assiste à extinção do Fundo de

Pensões, quando se assiste ao desaparecimento do Complemento de Pensão de Reforma do texto do Estatuto Profissional, quando se assiste ao retrocesso histórico de mais de 25 anos, desconstruindo a carreira de Sargentos que tanto tem custado a defender, quando se assiste à desvalorização académica e profissional dos militares Sargentos, quando se assiste à transformação do sentido de servir voluntariamente nas Forças Armadas numa situação de “prisão sem grades”, quando se assiste à destruição do IASFA enquanto Instituto militar tornando-se feudo e trampolim de promoção para “boys e girls” dos partidos reinantes, e em contraponto se assiste ao apadrinhamento pelos chefes militares de um qualquer monte-pio que poderá configurar uma ameaça em vez de ser uma ajuda, quando se assiste à concordância na aplicação de inúmeras normas e regulamentos do regime laboral da função pública ao universo dos militares e, afinal, quando a tudo isto se assiste, ouvindo o MDN afirmar que tudo tem sido feito com a participação e concordância dos chefes militares, os mesmos que aceitaram receber sob a forma de “suplementos de despesas de representação” montantes muito superiores aos que a maioria dos seus comandados recebe de vencimento, então vem-nos imediatamente à memória a canção de José Barata Moura quando dizia “vamos brincar às caridadezinhas...”!

Em vez acções pontuais de forte carga caritativa, melhor seria resistir e combater as causas que motivaram o aparecimento das situações causadoras das tais maiores necessidades no seio da Família Naval, da Família Aeronáutica ou da Família Terrestre. ▲

Tesoureiro toma posse

À margem da Assembleia-Geral de apresentação de Contas de 2014 e Plano e Orçamento para 2015, que decorreu em Abril passado na sede social da ANS, o presidente da Mesa da Assembleia-Geral, Luís Bugalhão, procedeu ao acto de posse do tesoureiro da ANS, tendo este assumido o compromisso de honra de servir a ANS com zelo e dedicação, perante os presentes na Assembleia-Geral.

José Pereira, Sargento-Ajudante da Força Aérea, eleito para o cargo de tesoureiro nas eleições do passado dia 31 de Janeiro, presta ser-

viço na Base Aérea nº 6, no Montijo, e está integrado nas tripulações do avião C-295.

À data da cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da ANS encontrava-se em missão no Mali, no cumprimento daquilo que a Condição Militar exige: responder ao chamado do serviço, onde e quando quer que tal se apresente!

Esta é a realidade que muitos não querem ver, ou então pretendem subverter.

A cegueira com que sucessivos governos, com particular incidência no actual, têm aplicado cada vez mais nor-

mativos decorrentes do regime laboral da função pública àqueles que juraram servir Portugal nas Forças Armadas, e com esse juramento assumindo todas as restrições, dificuldades e exigências decorrentes da Condição Militar, poderá levar a que num futuro não muito distante se confundam conceitos, dificultando a capacidade de resposta de prontidão para a missão e, no limite, colocando em causa a coesão e a disciplina no seio dos militares que servem Portugal, (ainda) orgulhosamente envergando um uniforme das Forças Armadas Portuguesas. ▲



A necessária sindicalização?

A recente publicação do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) põs em evidência que para PS, PSD e CDS a «condição militar» é apenas uma subespécie das profissões integradas no «funcionalismo público» e os militares, funcionários públicos.

Claro para militar perceber.

O novo regime estatutário relativamente a parentalidade, férias, reformas e assistência na doença em quase tudo se aproxima, quando não é igual, ao regime da função pública, e, em tudo a quanto não se aplica o tal regime da função pública os militares ficaram pior: tempo de permanência nos postos, estrutura de carreiras, promoções.

Além do mais o legislador repete no texto legal, mentiras de propaganda dirigidas à opinião pública menos informada, parecendo que em matéria de promoções, as escolhas para promoção dos militares não levavam em conta o mérito, quando, por portaria e por regimes de cada ramo, o mérito era a regra, muito antes de o ser na função pública.

É evidente assim, também e portanto, que, se na “mente do legislador” os militares são uma espécie de funcionários públicos, a presente “reforma” ficou aquém do que devia ser. Estamos nas meias tintas. Há que ser consequente. Há que haver coragem!

Deste modo, para qualquer militar a situação neste momento não oferece dúvidas, das duas, uma: a) ou bem que o legislador sabendo que há uma condição militar e ela encontra-se bem definida na Lei de Bases da Condição Militar e na Lei de Defesa Nacional, legisla para cumprir essa base legal; b) ou bem que então é consequente, ganha coragem, revoga tais leis e assume que afinal a «condição militar» não faz sentido e os militares são de facto funcionários públicos. Clarinho para governante perceber.

Perante este novo EMFAR, uma conclusão lógica, genética, orgânica e operacional impôs-se em toda a sua amplitude: se não há de facto «condição militar», uma vez que o novo regime não passa de um regime de funcionalismo público travestido, então os limites aos direitos dos militares que a «condição militar» impunha, de igual modo, não são aplicáveis – é esta a constatação constitucional que se manifesta em toda a sua realidade factual, no poder normativo dos factos como diria Adriano Moreira.

Assim sendo o Sindicato dos Militares das Forças Armadas, como na Holanda, na Dinamarca, na Bélgica, mostra-se mais que adequado à realidade constitucional portuguesa e à realidade normativa que enquadra



os militares em Portugal.

Esta evidência é o resultado mais importante da deliberada política de destruição da «condição militar». É certo que poderá não ser um resultado querido pelo legislador. Mas é um resultado necessário, inscrito no desenvolvimento do processo ainda em curso, determinado pela orientação da política deste governo e pela direção que as chefias militares deixaram ou quiseram imprimir ao mesmo.

Neste contexto, já que a dialética imanente ao presente processo assim o passou a determinar, e porque

os militares juraram defender a constituição, passa a ser dever básico de qualquer militar, tratado como funcionário público, exigir que seja legal, porque já é constitucionalmente de facto, para melhor defender os seus direitos enquanto funcionário, tal qual qualquer outro funcionário, a possibilidade de constituir sindicato ou sindicatos para defesa dos seus direitos e interesses. Eis uma discussão que nunca excluímos e cuja discussão ganha uma nova actualidade.

Clarinho, clarinho para governante perceber.

Luís Claro ▲

Na Grécia militares debateram como Defender o Futuro!

Entre os dias 16 e 18 de Abril decorreu em Atenas, na Grécia, o 111.º Presidium Meeting da EUROMIL, o Presidium da Primavera de 2015.

Da vasta agenda de trabalhos res-

saltam os debates, em que as cerca de sete dezenas de delegados presentes participaram, sobre temas que preocupam os militares e suas famílias, independentemente das suas nacionalidades e situações.



Delegação portuguesa no 111.º Presidium

Para além de uma sessão de trabalho, com todo o plenário dos delegados presentes, sob o tema “*Novos Desafios da Geopolítica e da Segurança*” e que contou com a participação de um académico grego, os trabalhos incluíram ainda a reunião dos vários grupos regionais que, sobre a égide da EUROMIL, se debruçam sobre questões específicas das regiões que representam e que neste Presidium debateram a questão proposta pela Direcção da EUROMIL – “*O que pode a EUROMIL fazer por ti? O que podes tu fazer pela EUROMIL?*”.

A ANS, conjuntamente com a AP e a AOFA, participa no “Fórum Mediterrânico de Associações Militares” que integra organizações de Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Chipre e Malta.

Para além destes trabalhos decorreram também três sessões de debate, em simultâneo, subordinadas aos seguintes temas:

Sessão 1 - Análise ao Acórdão do

Tribunal Europeu dos Direitos Humanos acerca de dois casos franceses recentes e da queixa apoiada pela EUROMIL, em nome da PDFORRA (Irlanda) no Comité Europeu de Direitos Sociais;

Sessão 2 – Análise acerca da Legislação Social sobre compensações – de iniciativa governamental ou seguros –, apoio aos veteranos e funcionamento dos mecanismos das Forças Armadas no caso de morte, invalidez ou ferimentos graves durante ou após uma operação ou missão;

Sessão 3 – Análise à implementação da Directiva Europeia sobre Higiene e Segurança no Trabalho no seio das Forças Armadas (89/391 de 12 de Junho de 1989).

Os representantes da ANS presentes, José Gonçalves e Lima Coelho participaram na Sessão 3 e Sessão 2 respectivamente.

A próxima reunião plenária da EUROMIL, o Presidium de Outono, terá lugar em Bruxelas, Bélgica, entre os dias 16 e 18 de Outubro. ▲

ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Depois da formal Tomada de Posse, os novos Órgãos Sociais da ANS deram continuidade à já habitual intensa actividade associativa. Para além das formais audiências para apresentação de cumprimentos dos novos dirigentes, a produção de legislação profundamente penalizante para a Condição Militar reforçou a necessidade de rondas de audiências com os diversos agentes (políticos e militares) para além da necessidade de reuniões com as associações congéneres e do reforço da própria organização interna, objectivo sempre presente nas actividades da ANS.

A par de toda esta actividade houve, e há sempre, a necessidade de dar resposta e continuidade aos apelos dos vários parceiros e entidades com quem a ANS se relaciona. Desta intensa actividade associativa aqui se dá um resumo:

18MAR – Reunião da CPR-ARM na Delegação nº 1 do CSA, no Feijó;

26MAR – Audiência concedida pelo General CEME. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço e G.Sá;

30MAR – Audiência concedida pelo Almirante CEMA. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, V.Geitoeira e R.Graça;

31MAR – Reunião das Direcções das APM, na sede da AP, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves e A.Martins;

01ABR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS na sede social, em Lisboa;

07ABR – Audiência concedida pelo General CEMFA. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, P.Contreiras, A.Taveira, C.Colaço e T.Campos;

07ABR – Cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da APG/GNR, na Caparica. ANS representada por L.Coelho;

08ABR – Audiência com o Grupo Parlamentar do PCP, na Assembleia da República. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira e T.Campos;

09ABR – Cerimónia do Dia do Combatente, promovida pela Liga de Combatentes, na Batalha. ANS representada por M.Pereira e J.Gomes;

09ABR – Debate promovido pela CGTP sobre Direitos Constitucionais e as Funções Sociais do Estado. ANS representada por L.Coelho;

11ABR – Reunião de Sargentos da Área Metropolitana de Lisboa, no Auditório do Centro Cultural Casapiano, em Lisboa;

14ABR – Audiência concedida pelo General CEMGFA. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, P.Contreiras, A.Taveira e C.Colaço;

15ABR – Audiência com o Conselho de Direcção do IASFA. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves e J.Pereira;

16, 17 e 18ABR – 111º Presidium da EUOMIL em Atenas, Grécia. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

17ABR – Reunião da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa, na Voz do Operário. ANS representada por L.Bugalhão;

20ABR – Assembleia-Geral de apresentação de contas e plano, na sede social, em Lisboa;

21ABR – Reunião das Direcções das APM e Clubes, na Delegação nº1 do CSA, no Feijó. ANS representada por L.Bugalhão;

24ABR – Comemorações do 41º aniversário do 25 de Abril, na Praça Paiva Couceiro, em Lisboa;

25ABR – Comemorações do 41º aniversário do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa;

26ABR – Cerimónia comemorativa do 41º aniversário do 25 de Abril, em Vale de Milhãços, Corroios;

06MAI – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS na sede social, em Lisboa;

07MAI – Cerimónia comemorativa do 10º aniversário da AUME e homenagem a dirigentes da ANS, em Madrid. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

08MAI – Debate sobre o 70º aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial, no Auditório Camões, em Lisboa. ANS representada por V.Geitoeira;

08MAI – Reunião da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa, na Voz do Operário. ANS representada por L.Bugalhão;

09 e 10MAI – Trabalhos de manutenção, reparação e recuperação da rede informática na sede social em Lisboa. Equipa constituída por P.Contreiras, N.Mateus e V.Silva;

12MAI – Reunião com a Comissão de Defesa Nacional, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves e A.Taveira;

13MAI – Sargentos visitam o Museu da Presidência da República;

14MAI – Audiência com o Grupo Parlamentar do CDS/PP, na Assembleia da República. Delegação da ANS composta por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço e N.Mateus;

14MAI – Debate acerca da Tragédia Humanitária no Mediterrâneo, no Centro Jean Monnet, em Lisboa. ANS representada por L.Bugalhão;

14MAI – Cerimónia do 41º aniversário da ADFA, na sua sede nacional, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

16MAI – Cerimónia comemorativa do 41º aniversário do 25 de Abril, promovida pela Casa de Pessoal do Arsenal do Alfeite, no Laranjeiro. ANS representada por A.Almeida;

20MAI – Reunião de Coordenação das CPR's, na sede da ANS, em Lisboa;

20MAI – Reunião das Direcções das APM, na sede da ANS, em Lisboa: ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço, A.Martins e L.Coelho;

22MAI – Audiência com o Grupo Parlamentar do PEV, na Assembleia da República. ANS representada por J.Gonçalves, P.Contreiras, A.Taveira e C.Colaço;

24MAI – Cerimónias comemorativas do Dia da Marinha, no Terreiro do Paço, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves;

27MAI – Reunião com os elementos do Conselho Consultivo do IASFA e a SEADN, no CAS-Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves e M.Ramos;

27MAI – Reunião Debate promovida pela APG/GNR, no Clube Adicense, em Lisboa. ANS representada por A.Taveira;

28MAI – Colóquio/Debate sobre “O Jornalismo e a Censura na Guerra Colonial”, no Auditório 1 da FCSH, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

30MAI – Cerimónia de Encerramento da XIII Convenção do PEV, no Fórum Lisboa. ANS representada por A.Taveira;

02JUN – Audição Pública/Debate sobre “O Estado para Cumprir a Constituição”, no Hotel Sana Metropolitan, em Lisboa. ANS representada por J.Gonçalves e L.Coelho;

03JUN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS na sede social, em Lisboa;

05JUN – Audiência com Vice-Presidente da Assembleia da República. ANS representada por J.Gonçalves, A.Taveira, C.Colaço;

06JUN – Cerimónia do lançamento de um livro, na sede do CSA, em Lisboa. ANS representada por A.Taveira;

10JUN – Cerimónia de Homenagem aos mortos da guerra colonial, em Belém. ANS representada por J.Gonçalves, C.Colaço, L.Coelho e M.Ramos;

11JUN – Romagem ao Cemitério do Alto de São João, em homenagem ao General Vasco Gonçalves, promovida pela ACR. ANS representada por A.Martins;

14JUN – Romagem ao Cemitério de Oeiras, em homenagem ao Comendador José Barata, promovida pela AP, com o apoio da ANS e URAP;

17JUN – Vigília promovida pela APG/GNR, junto da Caixa Geral de Aposentações, em Lisboa. Solidariedade da ANS com uma delegação composta por J.Gonçalves, A.Taveira e L.Coelho;

17JUN – Cerimónia comemorativa do 26º aniversário da ANS e inauguração da biblioteca e “Sala Nove Bravos da Rotunda”, na sede social, em Lisboa;

22JUN – Reunião da CPR-FAP, na sede social, em Lisboa;

25JUN – Reunião da CPR-EXE, na sede social, em Lisboa;

27JUN – Cerimónia do lançamento de um livro, na sede do CSA, em Lisboa. ANS representada por A.Taveira;

27JUN – Cerimónia do 28º aniversário da ASMIR, no Entroncamento. ANS representada por J.Gonçalves e M.Pereira;

30JUN – Reunião da CPR-ARM, na sede social, em Lisboa;

04JUL – Cerimónias Comemorativas do Dia da Força Aérea, em Ovar. ANS representada por J.Gomes;

08JUL – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS na sede social, em Lisboa.

À hora do fecho desta edição do jornal “O Sargento” preparam-se reuniões diversas com as associações congéneres, prepara-se uma reunião do Conselho Consultivo do IASFA, que noticiaremos oportunamente, e acompanha-se com muita atenção o processo de requerimento de apreciação parlamentar do EMFAR, para além de continuarem os trabalhos de reforço da organização interna da ANS, para continuar a defender os direitos dos militares Sargentos e respectivas famílias. ▲

Protocolos ANS

Clínica O Meu Médico

Rua da PSP, nº 36 8000-408 Faro
Telefone/Fax: 289828104; TM: 927549339
E-mail:info@omeumedico.pt;site: www.omeumedico.pt
Consultas de:
Dermatologia_70€ Endocrinologia_90€
Nefrologia_70€ Pneumologia_70€
Hipertensão_70€ Ortopedia_70€
Urologia_70€ Psicologia_60€
Imuno-Alergologia_70€ Cons. subsequente_40€
Pediatria_70€ Terapia da Fala_50€
Neurologia_70€ Cons. subsequente_30€
Cons. subsequente_60€ Nutrição_50€
Reumatologia_70€ Cons. subsequente_40€
Hematologia_70€ Medicina Geral_40€
Pretendemos ser um espaço de saúde inovador, com atendimento personalizado, acessível, conveniente e adequado às necessidades de saúde na nossa cidade e região. Temos horário alargado das 9-21 horas de segunda a sexta-feira e estamos situados na rua da PSP nº 36, em frente à entrada do Jardim da Alameda João de Deus, em Faro. Na zona existe facilidade de estacionamento.
30% de desconto em relação aos preços de tabela ,aos sócios da ANS, mediante a apresentação de cartão de sócio da ANS.

Óptica Berna

Av. Berna 24-A 1050-041 LISBOA
TEL. 217993624 - FAX. 217932630
Tabela de descontos para associados e familiares.
Aros e lentes (óculos) 30% desconto,
Óculos de sol 20% desconto,
Aparelhos de precisão (Lupas, binóculos, Termómetros, etc.) 20% desconto
Lentes contacto e produtos para lentes 20% desconto.
Estudos de despistagem visual e optométrico de controlo Gratuitos
Exame visual completo (Optometria) e Exame de Controlo (Optometria) 20% desconto.
Exame de ensaio, controlo ou limpeza/regeneração Lentes Contacto, gratuito (quando adquiridas no estabelecimento).

Ideal Óptica da Malveira

Estrada Nacional 8, Edifício Salamanca Bloco A, r/c Dt Loja
2665-258 Malveira
www.idealopticamalveira.com
Tel./Fax: 219 660 377 Tm: 968 634 959
E-mail: idealopticamalveira@sapo.pt
Desconto de 30% em aros ou lentes oftálmicas. Desconto de 20% em óculos de sol e lentes de contacto.
Consultas:
- Optometria grátis (mediante marcação);
- Contactologia grátis (oferta 1º par);
- Rastreios auditivos grátis (mediante marcação);
- Medição da Tensão Ocular
Facilidades de pagamento sem juros.

Farmácia EUSIL

R. Barão de Sabrosa 104
1900-094 LISBOA
Tel. 218038023 Fax. 218121759
eusilpharma@gmail.com
Desconto de 15% nos medicamentos comparticipados de valor inferior a 50 euros, para associados e familiares.
Desconto de 20% nos produtos de venda livre e dermocosmética (*), para associados e familiares.
(*) São excluídos deste desconto produtos de alimentação neonatal e os que constem no protocolo da diabetes.

EMA Partners

Rua Rosa Araújo, 30-6ºDto.
1250-195 LISBOA
Jorge Fonseca – 961355424- 213513890
jorge.fonseca@ema-partners.com
www.ema-partners.com
A presente proposta de Career Coach tem por objetivo assessorar em condições especiais os associados da Associação Nacional de Sargentos (ANS), seus cônjuges e filhos até aos 27 anos, ao longo dos próximos 9 meses, na procura proactiva de um novo desafio profissional em Portugal ou no Estrangeiro, com o objetivo de otimizar e encurtar significativamente os seus timings de JOB SEARCH. (Consultar www.ans.pt).

Águas do Gerês

- Hotel, Termas e Spa

Condições especiais
Contactos:
Tel: 253391113/253390190
ou info@TermasdoGeres.pt

Automóveis

Escapes

■ENTOESCAPES,LDA

Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios

■GRACIAUTO

Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (gaveto)
2330-141 Entroncamento

Videoclube

■CINETEKA.COM

Parque das Nações, Av. do Me diterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1950-155 Lisboa

Aventuras Submersas

■HALIOTIS

Av. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Centro Médico Dentário

■LUBIDENTE

Rua Professor Noronha Feio, 12-A 2795 Queijas

Psicólogo

■José de Oliveira F. Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro,

Clínica VIDAMED

Largo Filinto Elísio 2B
2805-141 Cova da Piedade, Almada
Telefone – 210889704/5 Telemóvel – 936547199
www.vidamed.pt - geral@vidamed.pt
Redução de cerca de dez euros sobre a tabela de preços em vigor para consultas de especialidade/serviços.
Especialidade 1ª consulta Seguintes
Acupuntura 25€
Clínica Geral 30€ 25€
Dermatologia 40€ 35€
Endocrinologia 40€ 35€
Fisiatria 40€ 35€
Fisioterapia 20€
Ginecologia 60€ 56€
Imunoalergologia 40€ 35€
Medicina Estética 20€
Medicina Interna 40€ 35€
Musicoterapia 30€ 25€
Nutrição 30€ 25€
Ortopedia 40€ 35€
Pediatria 40€ 35€
Pedopsiquiatria 40€ 35€
Psicologia Clínica 30€ 25€
Psicoterapia Grupo 40€ mensalidade
Psicologia infantil 30€ 25€
Psiquiatria 40€ 35€
Reumatologia 40€ 35€
Terapia da Fala 20€ 15€

Paiva Raposo & Martins Pisco

Imagiologia
R. Alfredo Roque Gameiro, nº 4 c/v (Largo da J.F.)
2675-277 ODIVELAS
Telefone – 213474328 – 213461916
geral@prmp.pt
Desconto de 50% nas taxas moderadoras (com requisição) ou 10% de desconto sobre o preço particular.

Home Instead Apoio Domiciliário

Praceta Prof. Alfredo Sousa 3-3ºZ
1495-241 ALGÉS
Telefone – 808252000
www.homeinstead.com.pt
Desconto sobre tabela de preços em vigor: 5% até 9 horas semanais; 10% de 10 a 15h semanais; 15% de 16 a 25h semanais; 20% de 26 a 40h semanais; 25% em mais de 40h semanais.

Dentinhos e Dentes – Medicina Dentária, Lda.

Os associados ANS terão direito, mediante apresentação de cartão de sócio, a usufruir das seguintes vantagens:
1- Primeira consulta de avaliação e aconselhamento gratuita [Nota: não inclui tratamentos, prescrição ou radiografias]
2- Orçamentos e Planos de tratamento gratuitos [Nota: não inclui estudos no âmbito das especialidades]
3- Aplicação de fluor ou jacto de bicarbonato gratuitos [Nota: quando realizado em simultâneo com a destartarização]
4- Instrução e motivação à higiene oral gratuitos;
5- Revisões semestrais e consultas de reavaliação gratuitas;
6- Restaurações provisórias em óxido de zinco gratuitas;
7- Desconto de 10 % nos tratamentos generalistas [endodontia, cirurgia, restauração, prevenção, estética, imagiologia, etc.]
8- Desconto de 5 % nos tratamentos de especialidades [Ortodontia, Implantologia e Prótese]
9- Facilidades nos pagamentos, sem qualquer acréscimo de custo [pagamentos às prestações com 0% juros e sem outras taxas escondidas]
A Dentinhos e Dentes é uma empresa de prestação de serviços na área da Medicina Dentária e concede aos membros da Associação as vantagens referidas na cláusula anterior nos seguintes consultórios:

a) Clínica Dentinhos e Dentes de Barcouço:

Morada: Rua do Valsilgo, n.º 2 R/c A
3050-083, Barcouço, Mealhada
Telefone. 239 913 169
Telemóvel: 969 508 327

Lt. 2-10º C
1800-233 Lisboa

Gabinete de Psicologia

■Mestre Francisco Pereira

Orientação Vocacional e Profissional, Avaliação Psicológica, entre outras áreas.
Av. 5 de Outubro, n.º 151, 3A, 1050-053 Lisboa
TM- 913 120 007

Instituto Quintino Aires

Serviço de Psicologia e Neuropsicologia
www.quintinoaires.pt
Av. Almirante Reis 106-3º
1150-022 LISBOA
Tel: 218124226
quintinoaires@quintinoaires.pt

E-mail: barcouco@dentinhos.pt

b) Clínica Dentinhos e Dentes de Cadima:

Morada: Largo C. Joaquim de Almeida, n.º 7 R/c
3060-094, Cadima, Cantanhede
Telefone: 231 422 028
Telemóvel: 969 508 326
E-mail: cadima@dentinhos.pt

Cruz Vermelha Portuguesa

São destinatários deste protocolo todos os associados pertencentes à ANS com alargamento ao seu agregado familiar.
Em casos de comprovada dificuldade económico-financeira poderão ser acordadas diferentes tabelas de preços, de acordo com negociação posteriormente estabelecida com a ANS para esse tipo de beneficiário. (Consultar www.ans.pt).

Porto Salus Residências Assistidas

Herdade de Negreiros
Brejos de Azeitão
2925-080 Azeitão
Tel: 210 495 680
www.portosalus.com
www.grupovisabeira.com
Os membros da Associação Nacional de Sargentos e respectivo agregado familiar, que venham a ser alojados na Porto Salus Residências Assistidas, têm uma redução de 15% sobre os preços da tabela de mensalidades em vigor para o tipo e condições de alojamento contratualizados.

Agência Funerária Eterna Trindade

www.eternatrindade.pt
geral@eternatrindade.pt
SEDE
Avenida Elias Garcia, Lote 12, (de frente à Igreja da Charneca da Caparica)
2820-222 Charneca da Caparica
Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28
Fax: 21 296 25 28
FILIAL
Avenida 23 de Julho, nº 413 A/B (zona central do Laranjeiro)
2810-292 Laranjeiro
Tel.:800 208 459 / 21 296 25 28
Fax: 21 296 25 28
Desconto de 40% na prestação de serviços fúnebres a associados e familiares

CEMEFI

Clínica de fisioterapia
Avenida Manuel Figueiredo Lote7 r/c Esq
2350-771 Torres Novas
cemefi.fisio@gmail.com
Tel/Fax: 249 826 155
Desconto de 10% a todos os associados, colaboradores e familiares, de forma a que consigam ter acesso a um serviço de saúde de qualidade. Para usufruírem deste desconto é necessário que façam prova da situação em causa através de um recibo de vencimento ou outro documento que comprove a situação (cartão de sócio). Este desconto não é acumulável com outras campanhas existentes.

Clínica Dentisaúde

Clinica Dentaria
Rua Sanches Coelho
Loja 3 C/D Lisboa 1600-201
(à Av. Das Forças Armadas - direcção Rotunda de Entrecampos)
Tel. 21 795 86 20
E-mail: info@dentisaude.com.pt
http://www.dentisaude.com.pt/
10% de desconto sobre valor remanescente da ADM (5% em próteses, ortodontia e implantes). Uma destartarização gratuita após 1º tratamento dentário.

NOTA: Para obteres mais informações, coloca as questões através dos contactos habituais ou consulta em <www.ans.pt> e <www.facebook.com/ANSargentos>. ▲

salidade para associados e conjugue.

Emara Travel

Viagens e Turismo Lda.
Av. República 41-3º Sala 306, 1050-187 LISBOA
www.emaratravel.pt
Tel: 210995590 Fax: 211918699
geral@emaratravel.pt
Desconto de 5 a 8% em vários Operadores Turísticos. Desconto de 8 a 10% na programação própria. Desconto de 6 a 8% em Rentacar. Desconto de 8 a 10% em Hotelaria Nacional e Internacional.

Informa-te junto da ANS

Tel: 21 815 4966
Fax: 21 815 4958 ▲

25 de Abril

É e será Sempre uma Referência!

No fim-de-semana de 24, 25 e 26 de Abril os militares participaram activa e empenhadamente nas comemorações do 41º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974. Apesar de desde há muito tempo as entidades responsáveis terem afastado a presença institucional das Forças Armadas das comemorações populares do 25 de Abril, os militares não abdicam de comemorar esta data, pelo seu significado histórico, pela sua importância na sociedade, pela sua relevância no caminho para a liberdade e para a democracia e pela ligação inquestionável entre o Povo Português e as suas Forças Armadas.

Assim na noite de 24 de Abril, integrados no colectivo da Comissão para as Comemorações do Aniversário do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa, que integra colectividades, associações, autarquias e outras instituições desta área da cidade de Lisboa, a ANS cuja sede social está localizada na União das Freguesias da Penha de França/ São João, participou uma vez mais nos actos comemorativos que decorreram na Praça Paiva Couceiro. Nesta Comissão está igualmente integrado o CSA – Clube do Sargento da Armada, cuja sede social se encontra em São Vicente/Alfama. Nesta Praça de Lisboa, lado a lado com representantes de todas as outras organizações e com cidadãos residentes e visitantes daquela área, os Sargentos, orgulhosamente de cravo ao peito, não deixaram que se apagasse das memórias a estreita e fundamental ligação dos membros das Forças Armadas com o Povo Português naquela data tão significativa.

Na tarde do dia 25 de Abril, descendo a Avenida da Liberdade, ainda e sempre “da Liberdade”, integrados numa impressionante manifestação de unidade, determinação e consciência cívica e social, mas também de protesto, insatisfação e disponibilidade para combater as medidas que têm conduzido o povo português ao empobrecimento, os militares organizados nas suas associações repre-



sentativas ANS – Associação Nacional de Sargentos, AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas e AP – Associação de Praças, acompanhados de familiares e amigos, tomaram igualmente parte no desfile popular (foto), sentindo o carinho e o reconhecimento dos populares anónimos que à passagem da faixa identificativa das associações aplaudiam os seus militares, numa demonstração de confiança mas também de esperança de que haja quem continue a bater-se pela defesa da sua soberania, independência e valores constitucionais.

No dia 26, Domingo, e à semelhança do ano anterior, numa iniciativa promovida pelos clubes e associações militares (CSA – Clube do Sargento da Armada, CPA – Clube de Praças da Armada, ANS – Associação Nacional de Sargentos, AOFA – Associação de Oficiais das Forças Ar-

madas e AP – Associação de Praças) teve lugar em Vale de Milhaços, Corroios, um almoço comemorativo com a participação de centenas de militares, familiares e amigos (foto). Na presença de alguns convidados institucionais, representando as autarquias locais, o presidente da Direcção do Clube de Praças deu as boas-vindas aos convivas, agradeceu a presença dos convidados e, em nome da comissão organizadora, proferiu uma breve alocução resumindo as preocupações que a todos nos atingem mas reforçando a disponibilidade para defender os valores resultantes da revolução de Abril que ali se comemorava.

Como orador convidado, o militar de Abril, Coronel Baptista Alves (foto), fez uma intervenção denunciadora dos mecanismos daqueles que, vendo-se em posições governativas de responsabi-

dade fruto e consequência da revolução de Abril, quais tartufos, tentam descaracterizar a Constituição e os valores da Liberdade e da Democracia, governando em proveito de interesses que nada têm a ver com as práticas, princípios e valores da justiça social e da qualidade de vida dos cidadãos, pondo em causa a soberania e a independência nacionais. Terminou exaltando o espírito de Abril motivando que se terminasse a comemoração cantando “Grândola, Vila Morena”, com tal calor e determinação que ficou bem patente que o 25 de Abril é, e será sempre, uma forte referência na luta por uma sociedade mais justa, em que os militares querem estar e se recusam a ser afastados, por muito que institucionalmente os procurem esconder em cerimónias frias e destituídas do verdadeiro espírito de Abril. ▲

